

Operário, Popular e Social: Interpretação e Hermenêutica

..... José Adilçom Campigoto¹

R e s u m o

Estudo sobre as abordagens relativas à história social. Pretende-se uma leitura a partir da perspectiva hermenêutica, uma percepção da forma pela qual alguns cientistas constroem o seu próprio objeto de pesquisa, conferem o ser à "coisa", através de sua linguagem. O presente estudo relaciona-se ao meu projeto de doutorado – hermenêuticas de fronteira, apenas como aporte metodológico.

Palavras-Chave: *Hermenêutica – tradição conceitual – linguagem – história sociais.*

A b s t r a c t

Study about the approach relatives at social history. It intends a reading by the perspective hermenutic, about the construction that some scientists make to expose theyrown research object, "to give the essence", and the way like they give theyr definition through theyr language. This study is associated whit my doctorate project – hermeneutic of the frontier – but only as a methodological approximation.

Key Works: *Hermeneutic – conceptual tradition – language – social history.*

Para iniciar esta proposta de estudo e delimitar o campo de percepção, faz-se necessário uma referência aos estudos historiográficos desenvolvidos a partir da abordagem conhecida como "história vista de baixo". Consideremos isto um recorte muitíssimo vasto. Contudo, penso que, como utilidade metodológica, haverá o mérito de ressaltar a complexidade da questão. Sabe-se que esta abordagem, talvez não criada pelos historiadores marxistas ingleses: Hobsbawm, Thompson, Hill, Rudé, Saville, Tylle, pelo menos emerge e consolida-se na Inglaterra a partir de meados de 1950.

Trata-se de um quadro complexo onde se estabelecem as mais diversificadas imbricações entre campos de interesse, tradições conceituais e representações. Parece haver uma tendência a aumentarem as possibilidades de novas configurações representativas à medida em que surgem novos trabalhos sobre estas temáticas realizados em outros lugares que não aquele país. Com certeza, a especificidade do olhar localizado, empírico, constitui um dos fatores básicos desta pluralidade criativa.

¹ Graduado em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque - FEBE. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutorando em História pela UFSC, sob a orientação do Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa.

Toda esta urdidura lingüística visualiza-se, inicialmente, em termos de denominações. Afinal, o que ocorre na "história vista de baixo" deve ser denominado movimento social, operário ou popular? Evidentemente que não constituem a mesma "coisa"... ou devem evoluir para uma mesma possibilidade? Ou não evoluem necessariamente? E aqui, forçosamente, adentramos no jogo das visões de história: evolutiva-linear? Não linear, mas evolutiva? Teleológica? Poderíamos adicionar aqui uma outra aporia relativa a esta temática, apresentada em alguns estudos hermenêuticos. Afirma Luiz E. Soares que

*"os estudos sobre movimentos sociais têm podido realizar com êxito duas tarefas: descrevê-los, a posteriori, restabelecendo o sentido dos eventos em que se desdobram e inventariar as condições que os tornaram possíveis. Jamais os puderam explicar, isto é, jamais foram capazes de demonstrar sua necessidade e, muito menos, de formular as leis de sua eclosão"*²

Entretanto, a provocação de Soares, longe de deformar ou desqualificar tais estudos, vem no sentido de colocar o problema na ordem correta. Ela não passa de uma demonstração da falácia positivista. Ou seja, imposta-se como uma crítica àquela perspectiva teórico - metodológica baseada na convicção de que seja possível encontrar as leis fundamentais da dinâmica social. Portanto, somente deve causar reação contrária nos lugares onde persistem resíduos da "física social".

Contudo, eliminando-se os resquícios positivistas, resta o problema das denominações. Em outras palavras, mesmo que aceitemos por tarefa descrever, *a posteriori*, a "história vista de baixo", restabelecendo o sentido dos eventos e inventariando as condições que os tornaram possíveis, persiste a dúvida se haverá uma forma de aproximação mais concreta?

Talvez, se dividirmos a historiografia "vista de baixo" em campo de interesses, tradições conceituais e representações dos historiadores, poderemos nos apropriar melhor desta complexidade. Deve-se entender por campo de interesses os fenômenos para os quais estes pesquisadores voltam sua percepção. Isto equivale ao objeto, na epistemologia tradicional ou pré - fenomenológica. Por tradição conceitual entenda-se o instrumental teórico e axiológico - político do pesquisador, e a este equivale, de certa forma, o quadro teórico, na epistemologia também tradicional, a tradição lingüística, na hermenêutica, e o interpretante³, na semiótica. Pode-se dizer que o campo de interesses e a tradição conceitual determinam-se reciprocamente, dependendo de uma posição mais empírica ou mais teórica do pesquisador.

As representações aparecem como resultado, ou seja, o produto do trabalho. Estas têm uma relação de dependência com o campo de interesses e a tradição conceitual. Entretanto, podem tornar-se interpretante - tradição conceitual e, portanto, interferindo novamente no campo de interesses.

² SOARES, Luiz Eduardo. *Hermenêutica e ciências humanas*. Revista de estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, p. 101, 1988.

³ Sobre a noção do interpretante e semiose ilimitada ver ECO, Umberto. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Poderíamos examinar agora as denominações dos fenômenos classificados naquilo que ocorre na chamada "história vista de baixo". Embora trate-se aqui de um estudo historiográfico, devo recorrer ao trabalho de alguns sociólogos e antropólogos, pois parece que ali as definições costumam ser mais estáticas. Devo deixar claro, também, que o foco principal deste estudo gira em torno de produções brasileiras, mais recentes, tematizando o movimento operário e que outros autores serão remetidos somente a nível de esclarecimento.

Pois bem. O sociólogo José Herbert de Souza publicou um artigo intitulado *Movimentos Populares no Brasil*, na revista *Debates Sociais* de junho de 1986. Ali apresenta-se subliminarmente uma questão. Por que o autor utiliza a denominação *Movimentos Populares* em uma revista cujo nome é *Debates Sociais*?

Souza inicia a discussão afirmando que "não é fácil, portanto, fazer uma análise dos movimentos populares no Brasil, porque eles são recortados por uma série de problemas de ordem teórica, política e concreta"⁴. E mais adiante, afirma que "vou tratar primeiro daquilo que está na origem da dificuldade que temos, tanto de conhecer como também de atuar junto aos movimentos populares, e isso tem a ver com os tipos de concepção dominantes na nossa sociedade sobre Estado e Sociedade civil"⁵. Aqui faz-se necessário demarcar que as questões básicas postuladas pelo autor vinculam-se a uma determinada tradição conceitual.

Parte ele da chamada sociologia alemã e na análise das relações entre Sociedade e Estado, evoca as concepções recorrentes de sociedade: autoritária, liberal e democrática. Afirma também que estas relações definem a natureza dos movimentos populares, pois eles, em si mesmos, não se caracterizam nem como autoritários, nem liberais e nem democráticos, ou podem "ser um dos dois ou três, ao mesmo tempo"⁶. Então, o autor propõe uma classificação para o movimento popular e que ainda "não basta ser popular para ser democrático" e como o liberal pode ser autoritário e um "movimento capitalista jamais será democrático, porque democracia supõe igualdade e participação, e o capitalismo vive da desigualdade, das limitações e do controle da participação"⁷, resta que somente os movimentos democráticos podem se chamar populares.

Na listagem dos movimentos populares surgidos nos últimos 20 anos no Brasil, elenca, portanto, os movimentos sindicais urbano e rural, os movimentos populares organizados em torno da Igreja e pelas Igrejas, o MST, as associações de moradores, os povos indígenas e, por fim, na caracterização de movimentos pluriclassistas: movimentos contra a carestia e o desemprego, pela anistia, pelas diretas, pela reforma agrária, feminista e de negros.

Fica de todo evidente a amplitude da tradição conceitual e do campo de interesses assim propostos. Tal perspectiva poderia, por exemplo, solucionar o dilema de autores

⁴ SOUZA, J. Herbert de. *Movimentos populares no Brasil*. *Revista Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.9, p. 82, 1986.

⁵ Idem, *ibidem*

⁶ SOUSA, J. Herbert de. Op. Cit. p. 84

⁷ Idem, p. 84-85

como Robert Paris. Em sua proposta de preparação de um *Dictionnaire Biographique du Mouvement Ouvrier d'Amérique Latine*⁸, apresenta problemas de demarcação territorial da América Latina. Além disso, destaca problemas de datação (afinal, a partir de quando começa a classe operária latino americana?) e ainda, talvez o maior problema: quem tem direito a entrar no dicionário?

*"Anarquistas, socialistas, anarco-sindicalistas e comunistas, todos membros de organizações operárias 'patenteadas', geralmente não são problema (...) o mesmo ocorre quanto a movimentos camponeses (...) mas a pré-história desse movimento operário (...) vai nos colocar em presença de mutualistas e cooperativistas, de organizadores de sociedade de resistência ou de associações de artesãos, até mesmo de utopistas (...) foureistas (Bessôit Mure no Brasil, Francisco Boñuelas no México, Eugene Tandomet nos países do Rio da Prata) (...) reformadores sociais: Francisco Bilbao (...) intelectuais como Neruda ou Carrero Andrade (...)"*⁹.

Entretanto, o autor acrescenta :

*"as únicas dificuldades se apresentam, na verdade, quando abordamos os movimentos que contribuem para definir certa especificidade latino americana e que são: os messianismos brasileiros... as manifestações de "banditismo social; como o cangaço brasileiro ou o bandoleirismo de Pancho Villa; os movimentos indigenistas e anti-imperialistas e as lutas de libertação nacional, os populismos, enfim"*¹⁰.

No final das contas, Paris acaba incluindo em sua lista bibliográfica representantes do indigenismo, do anti-imperialismo, lutas de libertação nacional e populismos. E acrescenta um argumento culturalista, "tratam-se de manifestações ou movimentos que, para além de sua ambigüidade fundamental, de sua composição de classe, ou mesmo de seus objetivos, não poderiam, a rigor, depender da historiografia do movimento operário"¹¹. Pois "encerrar-se em critérios estritamente obreiristas significaria provavelmente pecar por eurocentismo". Mas, além disso, o autor confessa que " não escondo que é uma posição difícil de manter".

Pode-se perceber toda a tensão contida na tradição conceitual apresentada na proposta de Paris. De um lado, ele se propõe escrever um dicionário do movimento operário e, de outro, apresenta uma proposta teórica mais demarcada pela concepção gramscianiana. Daí, incluir, além dos proletários, outras forças políticas representantes do bloco

⁸ ver PARIS, Robert. Biografias e "perfil" do movimento operário : algumas reflexões em torno de um dicionário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.17, n. 33, 1997

⁹ Idem, p.13

¹⁰ Idem, ibidem

¹¹ PARIS, Robert. Op. Cit. p. 25

hegemonico tais como intelectuais e outros. A tradição conceitual se estreita em relação à proposta de Souza e ao mesmo tempo se amplia em relação à visão tradicional da sociologia marxista.

O autor nomina a manifestação de movimento operário e no entanto amplia o campo de interesses para outros grupos além do proletariado clássico, sobrepondo a eles sua tradição conceitual pautada em uma tensão entre obreirismo (a proposta de um dicionário operário) e culturalismo (a aplicação do conceito de bloco hegemônico).

Evidentemente o problema do nome permanece em suspenso. Mais que isso, vincula-se agora à tarefa da determinação da abrangência categórica. Ou seja, escolhidos os nomes, resta definir os indivíduos que a categoria comporta. Parece não haver, portanto, um debate aberto entre estes autores sobre a ontologia do geral e do particular tal como ocorre entre nominalistas e realistas, no século XVII. Nas discussões sobre a classe operária, tal aporia lógica parece submergir sob a forma de uma questão de importância menor. E assim, como acontece quando resta uma tensão nas premissas, as conclusões tendem a novas nuanças. Isto quer dizer que, à medida em que se produzem novos estudos, as aporias tendem a reproduzir-se. Vejamos alguns casos.

Boris Fausto, em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, trata a questão de um modo mais clássico, embora apresentando um desempenho particular. Nos comentários introdutórios, o autor evidencia o foco de atenção e sua tradição conceitual dizendo que “o tema central deste livro é a classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro, no primeiro período de sua formação”¹². Trata-se pois de um estudo de classe, da história da classe, como aparece no título à primeira parte do estudo: a formação da classe operária.

Entretanto, há uma modificação conceitual visível, pois, para Fausto, “o estudo de um grupo social, nas suas grandes linhas, diz respeito às condições materiais de existência e à mentalidade coletiva, que ganha forma em uma ideologia, em comportamentos e atitudes”¹³. A modo de explicação, ressalta que “a análise de uma mentalidade coletiva ganha sentido a partir da inserção da classe social no conjunto de uma sociedade, de cujo quadro participa a seu modo, assim como a partir de representações nascidas nas relações de trabalho e nas outras esferas da existência”¹⁴.

Evidentemente, não há aqui espaço para descrever esta imbricação curiosa proposta pelo autor, entre causalidade mental e material. Em outras palavras, descrever o modo explicativo do autor em relação à determinação histórica. Afinal, para ele, o que explica os acontecimentos históricos – mentalidade ou as forças de produção? Todavia, o seu recorte aparece sob a denominação “a história do movimento operário”. Portanto, a tradição conceitual está mais relacionada à sociologia marxista. E o segundo dístico do título da primeira parte aproxima-o ainda mais da tradição althusseriana: a formação da classe operária: determinações estruturais. Assim, indica-se um estreitamento conceitual e, também, no campo de interesses.

¹² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. 4.ed. São Paulo : Difel, 1986. p.5

¹³ Idem, ibidem

¹⁴ Idem, p.6

Mais adiante, em seu texto, utiliza-se da denominação movimento social, pois assegura que "a restrição do movimento social das camadas dominadas em grande medida aos centros urbanos representou um sério limite"¹⁵. Pode-se dizer que aquilo que seria tradição conceitual para os estudiosos do movimento operário torna-se, para Boris, o campo de interesses, pois segundo ele "embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundários e de serviço". Ou seja, o autor faz emergir, em suas representações, a tipologia do operariado clássico, urbano.

Este adquire evidência, embora não da forma prescrita pela tradicional história dos heróis, conforme adverte o autor, logo no início do seu texto. A inclusão de uma matiz emprestada à história das mentalidades, neste caso, não colabora na ampliação da tradição conceitual e nem mesmo do campo de interesses, pois permanece em foco sempre a mentalidade operária, ou as correntes de pensamento diretamente relacionadas a ela. Estuda o trabalhismo, o anarquismo e o socialismo.

No subtítulo, sub-cultura, o autor delimita o seu campo de interesses. Ao tratar do movimento libertário brasileiro, confronta-os com os campos da Andaluzia, estudados por Hobsbawm. O autor de *Rebeldes Primitivos* afirma que "o anarquista consciente era um revolucionário no sentido mais completo que um andaluz podia conceber, condenando o passado em bloco"¹⁶. Mas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, diz Boris, "os libertários brasileiros não puderam viver esta experiência, a não ser em seu reduzido círculo. Tentaram assim viver aqui e agora seu restrito milênio cuja extensão à sociedade sentiam ser uma tarefa para várias gerações"¹⁷.

Percebe-se que a tradição conceitual, aqui, determinava o campo de interesses de Boris, resultando nas suas representações do que deve ser válido ou não, falso ou verdadeiro, produtivo ou não, para a classe. Aliás, se tomada no sentido rigoroso, o termo sub-cultura é, de si, eloquente ao extremo.

Como referia-me antes, Boris utiliza a predicação movimento social, embora no sentido estrito ao que tradicionalmente era nominado como classe operária. E, sobre aquele, há um texto bastante conhecido de autoria da socióloga Ilse Scherer-Warren. A autora, partindo da proposta teórica de Alain Touraine, divide a sociedade entre grupos oprimidos e grupos opressores, o que poderia ser transposto da divisão sociológica alemã entre Estado e Sociedade Civil. Isto é, facilmente opera-se sobre um quadro onde Estado e burguesia identificam-se como grupos opressores e os demais, como oprimidos.

De acordo com Scherer "quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão, para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social"¹⁸. A tradição conceitual encontra-se, portanto, ampliada, tal como o campo de interesses.

Contudo, logo a seguir, a autora faz suas restrições. Diz que o termo movimentos

¹⁵ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 21

¹⁶ FAUSTO, Boris. Op.cit. p. 91

¹⁷ Idem, ibidem

¹⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. Florianópolis : UFSC, 1989. p. 1

Contudo, logo a seguir, a autora faz suas restrições. Diz que o termo movimentos sociais surgiu com Lorenz von Stein, por volta de 1840. Aponta os critérios utilizados pela sociologia chamada acadêmica para reconhecê-los: “refere-se a um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivo ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia, visando um fim específico ou uma mudança social”¹⁹

Logo depois, a autora apresenta os critérios da sociologia marxista, para o reconhecimento da classe, nomeada por ela de movimento das classes sociais²⁰. A fusão destas duas perspectivas analíticas resulta em critérios de reconhecimento tais como: entender os movimentos sociais a partir da natureza de sua ação para transformação, da sua natureza dinâmica (ou seja, de sua práxis); de sua proposta de transformação (seu projeto); dos princípios que orientam esta proposta (sua ideologia); e dos condutores do movimento (sua direção ou organização).

A inclusão destas categorias – práxis, projeto, ideologia e direção – restringe, como dizia antes, a tradição conceitual aos entendimentos propostos por Marx, Lenin, Luckacs e Gramsci. Entretanto, a autora não pretende ter como campo de interesses apenas o movimento operário. Podemos percebê-lo em sua apresentação da perspectiva sociológica de Alain Touraine, autor responsável pela defesa da “supremacia de uma sociologia dos movimentos sociais”²¹. Considera os chamados novos movimentos sociais aqueles que se manifestam em três domínios principais: o movimento das mulheres, os movimentos regionais e o movimento antinuclear.²²

Desta forma, o campo de interesses amplia-se, ou melhor dizendo, não se restringe ao mundo do trabalho. A característica comum a todos eles é que:

“opera-se a mesma passagem duma ação de defesa à denúncia duma relação de dominação e uma outra característica, é que suas formas de organização, menos centralizadoras do que no movimento socialista, invocando sempre a participação democrática e livre das bases, não na dependência de um partido de vanguarda, mas na procura da autogestão da coletividade”²³.

Em todo caso, esta complacência em relação ao campo de interesses – que com certeza deve-se em grande parte ao apelo proporcionado pelo surgimento, e afirmação e proliferação destas manifestações sociais, a partir da segunda metade do século XX, forçará uma certa abertura na tradição conceitual. Mesmo porque as categorias centradas na luta de classes tornavam-se insuficientes. Não havia mais a possibilidade de afirmar, por exemplo, que o movimento feminista pertencia à configuração burguesa pelo fato de não possuir práxis classista.

¹⁹ Idem, p. 12

²⁰ Idem, ibidem

²² SCHERER-WARREN, Ilse. Op. Cit. p. 12

²² Idem, p. 96

²³ Idem, p. 97

Assim, Scherer finaliza propondo como critérios, a práxis, mas agora centrada na autonomia, democracia e autogestão; ideologia, baseada na auto-análise e autocrítica; organização, voltada para a auto determinação das bases e não no trabalho da vanguarda; projeto, não mais centrado na utopia do futuro remoto e sim no exercício da igualdade e liberdade crescentes a partir do aqui e agora²⁴.

Uma tal abertura, naturalmente, poderia aproximar-se muito daquela abordagem vista no início deste texto sob a denominação de estudo dos movimentos populares. Ambos teriam, por exemplo, alcance para abranger movimentos que, até então, estiveram fora do campo de interesses como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, praticamente problemático e teoricamente impossível de ser alinhado no rol do movimento operário clássico.

Esta ampliação no campo de interesses transpõe os limites das relações de produção econômica, perpassando o mundo da cultura, o que significa não somente um movimento de aproximação do economicismo clássico aos pressupostos da antropologia, mas que, em certos casos, tal imbricação torna-se, por assim dizer, paradigmática. Em termos de antropologia brasileira, o estudo de Sérgio Leite Lopes serve perfeitamente como registro.

Logo de início, o antropólogo Lopes demarca a tradição conceitual referindo-se ao grupo de trabalho ligado à Associação Brasileira de Antropologia; diz que aquele grupo “pretende desenvolver a troca de experiência entre antropólogos e outros pesquisadores estudando temas que envolvem a classe trabalhadora”²⁵. Não se trata então de estudar o movimento operário e, nem menos, o popular ou o social. Tem por finalidade sim estudar a cultura operária. O autor especifica isto ao referir-se à problemática antropológica em relação à classe operária, “isto é, uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida desta classe, mas enfatizando a sua prática cotidiana, as suas tradições, a sua diferenciação interna, o seu pensamento, a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência”²⁶.

Assim, há aqui uma primeira particularidade. Ocorre um movimento na tradição conceitual e também no campo de interesses, no sentido de restringir-se à classe operária. Tal estreitamento, portanto, se dá no âmbito da pluralidade de manifestações. Porém, ocorre uma abertura/expansão em termos de significação do objeto, ou, se quisermos, de região fenomênica, o que não implica em abertura também da tradição conceitual.

Aqui me parece fundamental considerar os argumentos em defesa deste encaminhamento perceptivo. Eles estão dispostos na justificativa de Lopes para este tipo de investigação. E pareceu-me que um dito seu concentra e localiza muito bem esta questão. Diz ele que “ironicamente, o enfoque antropológico aparece lá onde o objeto está prestes a desaparecer real ou supostamente”²⁷. Trata-se de uma crítica ou, no mínimo, uma ironia em relação a uma certa visão antropológica cujo campo de interesses tem sido outras culturas que não a ocidental. A crítica de Lopes imposta-se a partir de um

²⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. Op. Cit. p. 140

²⁵ LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**. São Paulo : Marco Zero, 1987. p. 33

²⁶ Idem, p. 12

²⁷ Idem, p. 14

ponto de vista evolutivo e diacrônico, no qual as culturas não ocidentais são representadas como exóticas e sem sentido uma vez que estão fadadas ao desaparecimento.

Do prognóstico das visões evolutivas, sabemos, resulta que, cedo ou tarde, a cultura ocidental impor-se-á como suprema e única. Trata-se de uma projeção extremamente discutível exatamente por ser projeção e, portanto, doxológica. Além disso, remete àquela classe de reflexões e inquietudes apresentadas por autores como Paris, cujo dilema pode ser posto, de modo simples, na seguinte questão: como abordar o social sob o ponto de vista conceitual operário, excluindo-se o etnocentrismo europeizante? Mas este não é o tema de estudo agora.

A pergunta que assombra Lopes, e que constitui o desdobramento lógico da discussão acima representada, apresenta-se assim - afinal, o que está desaparecendo na nossa cultura? Sua resposta localiza-se na crítica à "hegemônica literatura de pós-guerra sobre o emburguesamento da classe operária europeia e americana"²⁸. Ora, se a classe operária vem emburguesando-se, conseqüentemente irá desaparecer.

Logicamente, isto explicaria as ampliações empreendidas pelos cientistas sociais tanto em relação ao campo de interesses quanto à tradição conceitual. Em outros termos, tal rumo dos acontecimentos obrigaria os cientistas a estudarem outros grupos sociais, e não mais o clássico operariado. É uma vez, partindo-se da premissa que esta seja a única classe capaz de fazer revolução, impunha-se a tarefa de descobrir o potencial revolucionário destes outros grupos.

Lopes impõe outro rumo ao debate. Para ele resta saber se o desaparecimento da classe ocorre de forma real ou suposta. Em outras palavras, se isso ocorre como um fenômeno concreto ou representativo, objetivo ou subjetivo, efetivo ou apenas leitura, verdadeiro ou ideológico. A resposta a esta questão não pode se efetuar por vias quantitativas, já que a definição não envolve relações mecânicas apenas. Ou seja, não basta ser proletário ou assalariado para fazer parte da classe. É necessário ter consciência, então, ter percepção de si, como tal, o que seria traduzido em termos de cultura de classe e não em dados estatísticos. A tarefa passa a ser o seu mapeamento.

A crítica resultante daí recai sobre um dos pressupostos da sociologia marxista, qual seja, aquele da homogeneidade de classe como condição necessária para a consciência e para a ação de classe²⁹. A ênfase deverá centrar-se na heterogeneidade e diferenciação de classe, mas também, e principalmente, nas formas não capitalistas de produção utilizadas pela classe, de forma mais ou menos acessória, para a sua reprodução social³⁰.

Desse modo, houve um empenho a fim de dar visibilidade aos colonos-operários, (célebre estudo de Giralda Seyfeth); a novas articulações entre trabalho, moradia e associação (estudo de Maria Célia Paoli) e à reapropriação do passado como reforço da identidade operária (artigo de Luiz Duarte) e etc. Concluem estes autores que, quando os colonos-operários buscam nas atividades agrícolas (vacas de quintal) um paliativo

²⁸ LOPES, José Sérgio Leite. Op. Cit. p. 13

²⁹ LOPES, José Sérgio Leite. Op. Cit. p. 5

³⁰ Idem, ibidem

para a subsistência, não o fazem motivados por uma espécie de saudosismo rural e sim como uma forma de afirmação de sua identidade operária. Logo, para esses autores, a classe operária não está a desaparecer, senão supostamente. No plano real, ela se torna mais heterogênea e se afirma, se amplia, como cultura.

Não poderia avaliar, aqui, o quanto a obra de um dos grandes historiadores da cultura da classe operária, como E. B. Thompson, demarca seu trabalho por este encerramento do campo de interesses e da tradição conceitual, este retorno a um certo marxismo clássico e classista. À primeira vista, sua proposta metodológica apresenta-se bem mais ampla, estendendo o campo de interesses até grupos religiosos que, em princípio, nada teriam a ver com o operário clássico. Ainda mais quando este autor exhibe, como critérios de identificação daquilo que poderia ser identificado como operariado inglês, a vontade radical de mudança social unida à razão iluminista³¹. O propósito deste artigo não comportaria a discussão.

Entretanto, observa-se facilmente que grande parte de estudos sobre a classe operária baseada no referencial teórico thompsoniano, realizada no Brasil, recentemente, encontra-se demarcada por esta orientação. Pode-se supor que entre estas pesquisas relacionam-se aquelas sobre o cotidiano operário e a ética do trabalho. Apresentarei alguns a título de ilustração.

O professor Jairo Q. Pacheco publicou um artigo intitulado *Cotidiano Operário na Indústria Têxtil Durante a Segunda Guerra Mundial*, em 1996. Ao referir-se às restrições impostas pela Ditadura do Estado Novo e pela guerra e ao conseqüente refluxo da classe operária afirma que "assim, não podemos observar o operariado em suas atitudes clássicas de enfrentamento e resistência representadas pelas greves, pela imprensa sindical combativa, pela organização de entidades operárias representativas e legítimas ou por atos públicos de expressão de descontentamento tais como passeatas e comícios"³².

Retorna o problema levantado pelos antropólogos: a classe desapareceu na história. Onde encontrar a classe? Responde o professor que "restou-nos então a procura da expressão da classe operária num nível diferente do que a mesma é comumente estudada: na capilaridade das relações e posicionamentos individuais dos operários uns com os outros, com os patrões, com as entidades que deviam representá-los e com as instituições estatais"³³. Apoiando-se em trabalhos referenciais como os de Thompson, Hobsbawm, Catoriadis, Chauí e De Decca, procura dar visibilidade à classe "supostamente desaparecida".

Um outro trabalho, já mais antigo, a *Vida Operária Fora das Fábricas*, de Maria A.G. Decca, de 1987, apresenta a mesma preocupação. Diz a autora que seu trabalho "pretende contribuir para o conhecimento das condições concretas de existência dos trabalhadores fora da esfera de produção num período e local determinados. Por outro lado, busca

³¹ Sobre o assunto ver SCHWARTZ, Bill. Razão e desrazão em E. P. Thompson. *Revista Projeto de História*, São Paulo, n. 12, p. 11-41, out. 1995.

³² PACHECO, Jairo Queiroz. *Cotidiano operário na indústria têxtil durante a segunda guerra mundial*. *Revista da ANPUH-PR*, Curitiba, v.1, p. 229, 1996.

³³ Idem, *ibidem*.

aprender como a vida operária, em vários de seus aspectos, se constitui a partir da prática de diferentes agentes históricos e grupos sociais na capital do Estado⁷⁴ de São Paulo.

O uso do termo “condições concretas de existência” remete-se ao centro da tese antropológica apresentada por Lopes, retomada por Pacheco, ou seja, poderá haver um desaparecimento suposto da classe, mas não o “sumiço” concreto. Decca afirma que, além de o operariado da década de vinte ter se constituído o foco de atenção do poder público, ter se insurgido aberta ou veladamente em São Paulo, principalmente na década de 30, ainda criou um novo espaço de reflexão acerca de sua própria situação e condição⁷⁵. A autora utiliza-se de Thompson e, além de vários outros autores, inclusive Marx, para evidenciar estes espaços “genuinamente operários”, a imprensa e suas organizações.

Um outro trabalho, também baseado em Thompson, Prado Junior e Sodré, publicado pela professora Antonia Colari, trata da migração italiana. Parece um pouco mais difícil dar visibilidade à classe operária alargando-se o campo de interesses aos imigrantes, pois eles deslocavam-se sobretudo para a área rural. Mas resolve-se, de certa forma, o problema pelo recurso ao conceito de trabalho assalariado. O imigrante italiano não faz parte da clássica classe operária, mas da classe, como proletário. E não somente por isso ele faz parte desta classe, já que pertence à cultura de classe, à ética do trabalho. Como afirma a autora, a política imigrantista brasileira “perseguia dois objetivos não excludentes: o povoamento das regiões de fraca densidade populacional e a constituição de um mercado de trabalho para substituir a mão-de-obra escrava na produção mercantil-exportadora”⁷⁶.

A autora se opõe criticamente às teses tradicionais sobre os objetivos da política imigrantista brasileira, os quais seriam a colonização e o fornecimento de trabalhadores livres para a lavoura cafeeira⁷⁷. Vincula, portanto, o povoamento e a formação de mercado de trabalho à necessidade de regeneração física do povo e à reforma moral da sociedade, pretendidas pelas elites dirigentes.

Faz um comentário sobre a forma de estruturação do familismo e da ética do trabalho na área rural do Estado do Espírito Santo, área e abrangência de sua pesquisa. Mas apresenta uma outra face a respeito dos imigrantes ou filhos de imigrantes que acabaram migrando para a área urbana. Lembra ela que:

na literatura sobre a formação da classe operária e do movimento sindical brasileiro tem merecido destaque a importância dos segmentos anarquistas e socialistas, nos quais é significativa a presença de trabalhadores estrangeiros, entre eles os de origem italiana (...) as disposições psicológicas e culturais do trabalhador imigrante favorecem a construção de uma identidade social que

⁷⁴ DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas*. São Paulo : Paz e Terra, 1987. p. 11

⁷⁵ Idem, .11

⁷⁶ COLARI, Antônia. Familismo e ética do trabalho : o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v.17, n.34, p. 54

⁷⁷ Idem, p. 55.

*se contrapunha tanto à herança escravista (...) como à tradição liberal*⁷⁸.

Percebe-se, neste estudo, que também se ocupa da gênese da classe operária brasileira a busca de sua visibilidade. A classe, naquele momento, vem do exterior, ou migra da cidade para o campo ou ainda dispersa-se na cultura dos camponeses imigrantes. A autora reforça sua assertiva afirmando que “as experiências comunitárias de anarquistas e socialistas configuram o que Edward Thompson caracterizou como o fazer-se da classe trabalhadora”⁷⁹.

Poderíamos acrescentar aqui uma longa lista de textos formatados neste quadro teórico vinculado a esta problemática antropológica. Mas isto não quer dizer que não existam outras abordagens tematizando estas mesmas questões a partir de um campo de interesses e de uma tradição conceitual mais amplos.

A modo de conclusão, poderíamos inferir que uma certa abertura no campo de interesses não significa necessariamente a mesma ampliação na tradição conceitual, embora a relação seja de alta imbricação. Parece também ficar claro que, nos estudos sobre estas temáticas, acontecem maiores modificações no campo de interesses do que na tradição conceitual. Pode-se também levantar como hipótese que a utilização de um referencial teórico mais aberto não implica, necessariamente, em uma abertura do pesquisador em relação ao campo de interesses e à tradição conceitual. Parece também haver, nos estudos históricos recentes sobre as questões operárias, um movimento em relação ao estreitamento dos dois aspectos acima apresentados.

⁷⁸ Idem, p. 70-71

⁷⁹ COLARI, Antônia. Op. Cit. p. 71